ção recebida do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, são promovidos ao posto de 1.º Cabo, nos termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito às remunerações do novo posto, por satisfazerem as condições previstas no artigo 56.º e a condição referida na alínea a), do n.º 1 do artigo 60.º do EMFAR, aprovado por aquele diploma, os militares, em Regime de Contrato, a seguir identificados:

2.º CABO RC “21 — OPESP” NIM 02774005 — Paulo Jorge Cabral de Sousa, antiguidade desde 07JAN09.

2.º CABO RC “17 — Comunicações” NIM 17274703 — Telmo Ricardo Costa Lucio, antiguidade desde 03MAR09.

2.º CABO RC “07 — Serviços” NIM 06983803 — Carlos Gabriel Madeira, antiguidade desde 04ABR09.

2.º CABO RC “07 — Serviços” NIM 06179002 — Pedro Miguel Leite Santos Pereira, antiguidade desde 03MAR09.

2.º CABO RC “20 — Paraquedista” NIM 11030205 — Tiago Gonçalves Figueiredo, antiguidade desde 12FEV09.

2.º CABO RC “20 — Paraquedista” NIM 18134204 — Tiago David Mendes Cunha, antiguidade desde 12FEV09.

2.º CABO RC “20 — Paraquedista” NIM 00253503 — Manuel António Sousa Vieira, antiguidade desde 12FEV09.

2.º CABO RC “01 — Campanha” NIM 12661302 — Angelo Rafael Oliveira Sousa, antiguidade desde 03MAR09.

2.º CABO RC “15 — CVMP” NIM 00871097 — António Armindo dos Santos Escaleira, antiguidade desde 03MAR09.

2.º CABO RC “30 — Restauração” NIM 16988804 — Diana Natalina Nascimento Castro, antiguidade desde 11FEV09.

2.º CABO RC “02 — Mecânica” NIM 19874600 — Diogo Filipe Rodrigues, antiguidade desde 25JUN08.

2.º CABO RC “19 — Saúde” NIM 05644901 — Patrícia Isabel Viegas Serafim, antiguidade desde 30JUN09.

2.º CABO RC “18 — Musica” NIM 02877099 — Américo João da Costa Lobato, antiguidade desde 21ABR09.

2.º CABO RC “07 — Serviços” NIM 04977703 — Guida Moraes Pereira, antiguidade desde 11FEV09.

2 de Julho de 2009. — O Chefe da Repartição, em regime de substituição, *José Dias Lages*, TCOR INF.

202085267

Despacho n.º 17301/2009

Que, por despacho do Chefe da RPM/DARH, de 8 de Julho de 2009, por subdelegação de poderes do MGEN/DARH, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, são promovidos ao posto de Cabo-Adjunto, nos termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito às remunerações do novo posto, por satisfazerem as condições previstas no artigo 56.º e a condição referida na alínea a), do n.º 1 do Artigo 60.º do EMFAR, aprovado por aquele diploma, os militares, em Regime de Contrato, a seguir identificados:

1.º CABO RC “02 — Mecânica” NIM 11322598 — Ricardo Filipe Rodrigues de Barros Franco, antiguidade desde 24 de Março de 2009.

8 de Julho de 2009. — O Chefe da Repartição, em regime de substituição, *José Dias Lages*, TCOR INF.

202085291

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**Gabinete do Ministro****Despacho n.º 17302/2009**

Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, delego no Governador Civil de Bragança, Vitor Fernando da Silva Simões Alves, a competência, no âmbito da respectiva circunscrição distrital, para a prática dos seguintes actos:

1 — Em matéria de administração de pessoal e administração financeira:

a) Conferir posse e assinar termos de aceitação, de harmonia com o disposto nos artigos 9.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;

b) Nomear os membros dos respectivos gabinetes pessoais, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 213/2001, de 2 de Agosto, conjugado com o disposto no n.º 4 do mesmo artigo;

c) Autorizar, dentro dos limites da respectiva dotação, outras despesas, bem como transferências de verbas subordinadas à mesma classificação

orgânica, e praticar os demais actos de gestão orçamental previstos na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, para os cargos de direcção superior do 1.º grau;

d) Decidir quanto às suas deslocações em serviço e autorizar as do seu pessoal, no território nacional ou no estrangeiro, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte, incluindo por via aérea, e de ajudas de custo.

2 — Em matéria das modalidades afins dos jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, exercer os poderes que me são conferidos pelos artigos 159.º a 163.º do Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 10/95, de 19 de Janeiro.

3 — Ratifico todos os actos praticados pelo Governador Civil, no âmbito das competências previstas nos números anteriores, desde 15 de Julho de 2009 até à data da publicação do presente despacho.

20 de Junho de 2009. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*.

202084457

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Direcção-Geral da Política de Justiça****Declaração de rectificação n.º 1799/2009**

Para os devidos efeitos se declara que o Despacho (extracto) n.º 15431/2009, publicado no Diário de Republica, 2.ª série, N.º 130, de 8 de Julho de 2009, cujo original se encontra arquivado nesta Direcção-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam: Onde se lê:

José Manuel Machado Cardoso — após conclusão de procedimento interno de selecção nos termos do regime previsto no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, autorizada a sua mudança de nível para o nível 3 da categoria Técnico de Informática de Grau 3.

deve ler-se:

José Manuel Machado Cardoso — após conclusão de procedimento interno de selecção nos termos do regime previsto no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, autorizada a sua mudança de nível para o nível 2 da categoria Especialista de Informática de Grau 3.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

16 de Julho de 2009. — A Directora, *Maria João Morgado Costa*.
202089041

Direcção-Geral de Reinserção Social**Despacho (extracto) n.º 17303/2009**

Por meu despacho de 4 de Junho de 2009, foi autorizada a mobilidade interna intercarreiras, ao abrigo do artigo 59.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, para o desempenho de funções da carreira/categoria de Técnico Superior, 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 11, de Maria Irene de Castro Ramos da Silva, com efeitos a 2009.08.01 (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Julho de 2009. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.
202087268

Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios**Aviso n.º 13272/2009**

1 — Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho de 26 de Junho de 2009, ao abrigo do disposto no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira de assistente técnico, do mapa de pessoal do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, para exercer funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Foi consultada a Direcção-Geral da Administração e Emprego Público no sentido de saber se existiam candidatas, em reserva, para ocupação

daquele posto de trabalho, tendo aquela entidade informado que esta consulta se encontra temporariamente dispensada, até à publicitação do primeiro procedimento concursal para constituição de reservas a publicar durante o presente ano..

2 — Legislação aplicável — O presente procedimento rege-se pelas disposições constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, do Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, e da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

3 — As funções a exercer visam prestar apoio administrativo à Direcção de Serviços de Apoio aos Meios de Resolução Alternativa de Litígios (assistente técnico), bem como outras que forem superiormente confiadas, de acordo com a descrição do conteúdo funcional em anexo à Lei n.º 12-A/2008 às quais corresponde o grau 2 de complexidade funcional.

4 — Local de trabalho — Instalações do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, sitas na Avenida Duque de Loulé, n.º 72, 1050 — 091 Lisboa.

5 — Requisitos de admissão:

5.1 — Requisitos gerais — Os definidos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções a que se candidata;
- e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

5.1.1 — Os candidatos são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos a que se refere o artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, devendo declarar no requerimento, por sua honra e em alíneas separadas relativamente a cada um deles, a situação precisa em que se encontra.

5.2 — Requisitos específicos:

a) Ser trabalhador com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, nas condições descritas no n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008.

b) Possuir o 12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado, a que corresponde o grau de complexidade funcional 2, conforme artigo 44.º, n.º 1 alínea b) da Lei n.º 12-A/2008, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 115.º da mesma lei.

5.3 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho no mapa de pessoal deste Gabinete.

6 — Condições de preferência:

- a) Experiência na utilização de folhas de cálculo e bases de dados (em especial o Excel);
- b) Conhecimentos e ou experiência na área da Estatística;
- c) Conhecimentos e ou experiência em Arquivo;
- d) Conhecimentos e ou experiência em programas do QREN.

7 — Apresentação da candidatura:

7.1 — A candidatura deverá ser formalizada em suporte de papel, mediante o preenchimento integral do formulário tipo, de utilização obrigatória, disponibilizado em www.gral.mj.pt (constante do Despacho n.º 11321/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de Maio), devidamente datado e assinado, e entregue pessoalmente nas instalações do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, sitas na Avenida Duque de Loulé, n.º 72, 4.º andar, 1050 — 091 Lisboa, dentro do horário de atendimento ao público (das 10 horas às 12 e 30 minutos e das 14 e 30 minutos às 17 horas) ou enviada por correio registado, com aviso de recepção, até ao último dia do prazo fixado, para a morada acima indicada.

7.2 — O formulário deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- a) Currículo profissional, devidamente datado e assinado, do qual conste a experiência profissional do candidato, com indicação do exercício de funções com mais interesse para o posto de trabalho a concurso, referenciando os respectivos conteúdos e os períodos de tempo, a formação profissional, com indicação da respectiva duração, data de realização e entidade promotora que deverão ser devidamente comprovadas;
- b) Declaração actualizada, passada pelo serviço de origem, da qual conste de forma inequívoca, a natureza do vínculo, a categoria detida e

a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como as classificações de serviço, obtidas nos anos relevantes para admissão ao presente concurso.

- c) Fotocópia do documento comprovativo das habilitações literárias;
- d) Fotocópia dos documentos comprovativos da formação profissional.

8 — Os métodos de selecção a utilizar neste procedimento concursal são os seguintes:

a) Prova de conhecimentos e avaliação psicológica, como métodos obrigatórios (cf. artigo 53.º, n.º 1 da Lei n.º 12-A/2008), que se aplicarão aos candidatos que não detenham uma relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, ou que detendo-a, sejam titulares da categoria e se encontrem por último a executar actividade distinta da caracterizadora do posto de trabalho a ocupar pela entidade empregadora pública, ou para os candidatos colocados em situação de mobilidade especial (SME) que por último tenham exercido actividade diferente.

b) Avaliação curricular e a entrevista de avaliação de competências, também como métodos obrigatórios (*vide* artigo 53.º, n.º 2 da Lei n.º 12-A/2008), que se aplicarão aos candidatos que, sejam titulares da categoria e se encontrem ou, tratando-se de candidatos colocados em SME, se tenham por último encontrado, a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou actividade caracterizadoras dos postos de trabalho para cuja ocupação o procedimento foi publicitado. Nos termos do aludido n.º 2 do artigo 53.º, estes métodos podem ser afastados, por escrito, pelos candidatos, sendo-lhes então aplicáveis os métodos previstos na alínea a) do n.º 8 do presente aviso de abertura.

c) Entrevista profissional de selecção (*vide* n.º 3 do artigo 53.º da referida lei conjugado com o artigo 7.º, n.º 1 alínea a) da aludida Portaria n.º 83-A/2009).

d) Excepcionalmente, no caso de o número de candidatos ao presente procedimento concursal ser de tal modo elevado (igual ou superior a 100) que torne impraticável a utilização de todos os métodos de selecção obrigatórios, serão utilizados a prova de conhecimentos ou a avaliação curricular, consoante a situação em que se encontre o candidato (aplicável *ex-vi* do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008 conjugado com o n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009) e a entrevista profissional de selecção.

8.1 — A prova de conhecimentos destina-se a avaliar os conhecimentos académicos e, ou, profissionais e as competências técnicas necessárias ao exercício da função a concurso, que será valorada numa escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

a) A prova de conhecimentos assumirá a forma escrita e versa sobre os conteúdos de natureza genérica e específica directamente relacionados com as exigências da função, tem a duração máxima de 60 minutos e incide sobre as seguintes temáticas:

- i) Conhecimentos gerais sobre a orgânica do Ministério da Justiça e do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios;
- ii) Conhecimentos gerais sobre os Meios de Resolução Alternativa de Litígios;
- iii) Conhecimentos de estatística;
- iv) Conhecimentos de informática na óptica do utilizador (Word e Excel)

b) Legislação aconselhável e demais informação constante em www.gral.mj.pt

- Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro;
- Decreto-Lei n.º 127/2007, de 27 de Abril;
- Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho;
- Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto;
- Despacho n.º 18778/2007, de 13 de Julho;
- Lei n.º 21/2007, de 12 de Junho;
- Julgados de Paz;
- Centros de Arbitragem;
- Mediação Pública.

8.2 — A avaliação psicológica visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido e será valorada nos termos do n.º 3 do artigo 18.º da aludida Portaria n.º 83-A/2009.

8.3 — Na avaliação curricular serão considerados e ponderados os seguintes elementos:

- a) A habilitação académica ou nível de qualificação certificados pelas entidades competentes;
- b) A formação profissional, considerando-se as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função;

c) A experiência profissional com incidência sobre a execução de actividades inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas;

d) A avaliação de desempenho relativa ao último período, não superior a três anos, em que o candidato cumpriu ou executor atribuição, competência ou actividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar.

8.3.1 — A avaliação curricular será expressa numa escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média ponderada das classificações dos elementos a avaliar.

8.4 — A entrevista de avaliação das competências visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais directamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função e é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respectivamente, as classificações de 20 (vinte), 16 (dezasseis), 12 (doze), 8 (oito) e 4 (quatro) valores.

8.5 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, de forma objectiva e sistemática, a experiência profissional e aspectos comportamentais, evidenciados durante a entrevista, designadamente a capacidade de comunicação e o relacionamento interpessoal. Este método é avaliado segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respectivamente, as classificações de 20 (vinte), 16 (dezasseis), 12 (doze), 8 (oito) e 4 (quatro) valores.

9 — Utilizar-se-á, faseadamente, os métodos de selecção da seguinte forma:

a) Aplicação, num primeiro momento, à totalidade dos candidatos do primeiro método obrigatório — prova de conhecimentos ou avaliação curricular;

b) Aplicação do segundo método — avaliação psicológica ou entrevista de avaliação de competências — aos candidatos aprovados no método anterior, a convocar por tranches sucessivas de 10 (dez) candidatos, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, até à satisfação das necessidades;

c) Dispensa da aplicação do segundo método aos restantes candidatos, que se consideram excluídos.

d) Aplicação do método facultativo — entrevista profissional de selecção — apenas aos candidatos que tenham sido aprovados no segundo método, considerando-se os restantes candidatos excluídos.

9.1 — É excluído do procedimento o candidato que não compareça ou tenha obtido uma classificação inferior a 9,5 valores num dos métodos de selecção, não lhe sendo aplicável o método seguinte.

10 — Para efeitos de valoração final, as ponderações a utilizar para cada método de selecção são as seguintes:

- a) Prova de conhecimentos ou avaliação curricular — 45 %;
- b) Avaliação psicológica ou entrevista de avaliação de competências — 25 %;
- c) Entrevista profissional de selecção — 30 %;
- d) No caso de ser aplicado um único método de selecção obrigatório, este terá a ponderação de 70 %.

10.1 — Os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final constam das actas do júri do procedimento, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

11 — A publicitação:

11.1 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método de selecção será efectuada através de lista, afixada nas instalações deste organismo e disponibilizada na página electrónica www.gral.mj.pt.

11.2 — A lista unitária de ordenação final, após homologação, será publicada na 2.ª série do *Diário da República*; afixada nas instalações deste organismo e disponibilizada na página electrónica www.gral.mj.pt.

12 — A remuneração do candidato será objecto de negociação, tendo por referência as posições remuneratórias da carreira de assistente técnico (tendo como máximo a 5.ª posição remuneratória, isto é, € 944,02) constante do Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, e da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, e terá lugar logo após o termo do procedimento concursal (cf. artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008).

13 — O júri do procedimento é constituído pelos seguintes elementos:

Presidente: Licenciada Maria João Cal de Almeida Candeias Viegas Galvão, directora de serviços.

1.º vogal efectivo: Mestre Helena Fernanda Esteves Alves, chefe de equipa multidisciplinar, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.º vogal efectivo: Licenciada Maria de Fátima Cerqueira de Sousa Braz Lopes, técnica superior.

1.º vogal suplente: Licenciada Maria Carmen Segade Henriques, chefe de divisão.

2.º vogal suplente: Licenciada Ana Paula Trindade Rodrigues, técnica superior.

14 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade entre homens e mulheres ao acesso ao emprego e na profissão, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

21 de Julho de 2009. — O Director, *Domingos Soares Farinho*.

202087779

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 17304/2009

Com vista à construção do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Vale do Ave — interceptor de Pontarrinhas — Frente de drenagem do Sousa — FD 15, veio a Águas do Ave, S. A., criada pelo Decreto-Lei n.º 135/2002, de 14 de Maio, requerer ao Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional a constituição de servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo sobre 19 parcelas de terreno, estando localizadas 2 na freguesia de Nogueira, 11 na freguesia de Pias e 6 na freguesia de Meinedo, todas no concelho de Lousada, identificadas no mapa de servidões e plantas anexos ao presente despacho e que dele fazem parte integrante.

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005, de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 1.º a 3.º do Decreto-Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944, e nos artigos 8.º, 13.º n.º 2 e 14.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, com os fundamentos constantes da informação n.º 113/DSO.DEJ/2009, de 17 de Abril, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, determino o seguinte:

1 — As 19 parcelas de terreno identificadas no mapa e plantas que se publicam em anexo ao presente despacho e que dele fazem parte integrante ficam, de ora em diante, oneradas, com carácter permanente, pela constituição de servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo a favor de Águas do Ave, S. A.

2 — A servidão administrativa requerida, com uma área total de 2 382,79 m, incide sobre uma faixa de 3 m de largura (1,5 m para cada lado do eixo longitudinal do colector) e implica:

a) A ocupação permanente do subsolo na zona de instalação do interceptor de drenagem de águas residuais e respectivos acessórios, incluindo as caixas de visita;

b) A proibição dos proprietários, arrendatários ou qualquer tipo de possuidores de realizar escavações, de edificar qualquer tipo de construção duradoura ou precária e de plantar árvores de qualquer espécie perene, de porte médio ou grande, ou cuja raiz atinja profundidades superiores a 0,4 m.

3 — Complementarmente, é permitida a utilização temporária de uma faixa de terreno com 10 m de largura (5 m para cada lado do eixo longitudinal do colector) durante a fase de instalação do interceptor, de acordo com o artigo 18.º do Código das Expropriações.

4 — Os actuais e subsequentes proprietários, usufrutuários, arrendatários ou a qualquer outro título possuidores dos terrenos ficam obrigados a reconhecer a servidão administrativa, bem como a zona aérea ou subterrânea de incidência, mantendo livre a respectiva área, e a consentirem, sempre que se mostre necessário, no seu acesso e ocupação pelas Águas do Ave, S. A., nos termos e para os efeitos do preceituado nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944.

5 — Os encargos com a servidão administrativa constituída são da responsabilidade da Águas do Ave, S. A.

17 de Julho de 2009. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.